



Sintunesp

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES DA UNESP

GESTÃO
'TRABALHO,
UNIÃO,
PERSEVERANÇA
E LUTA'
(2009-2012)

Informes do Jurídico

Retroativo do ADP de 2007, correção da base de cálculo do ATS e Sexta Parte, processos disciplinares e outras ações estão na página 7

NÃO À DISCRIMINAÇÃO!
NÃO SOMOS CIDADÃOS DE
SEGUNDA CLASSE!
PARIDADE, JÁ!

Data-base 2012

Equiparação dos pisos salariais entre os servidores das três universidades é tema central na campanha deste ano

A data-base 2012 já começou. A partir de um indicativo de Pauta Unificada, apresentado pelo Fórum das Seis, houve uma primeira rodada de assembleias nas bases das categorias, nas três universidades estaduais e no Centro Paula Souza (Ceeteps). A maioria delas aprovou o indicativo do F6 na íntegra.

Na Unesp, foram realizadas 15 assembleias de base na primeira rodada. Todas enfatizaram a importância de colocar a equiparação entre os pisos dos servidores nas três universidades e no Ceeteps como um dos pontos desta campanha. E esta é, de fato, uma das reivindicações centrais na data-base deste ano. No item "Salário", a pré-pauta indicativa traz os seguintes itens:

"Salário"

Tendo por objetivo atingir como piso salarial, para todos os que trabalham nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, aquele definido pelo Dieese, e caminhar em direção a uma recuperação salarial aos níveis daqueles praticados em 1989, reivindica:

- Equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza.
- Reposição de 11% para docentes e funcionários técnico-adminis-



trativos das três universidades e do Centro Paula Souza (correspondentes à inflação do período maio/2011 a abril/2012 + recuperação parcial de perdas históricas).

a3) Equiparação entre os valores pagos a título de auxílio-alimentação na USP, Unesp, Unicamp e no Ceeteps, com sua incorporação aos salários, inclusive aos proventos dos aposentados.

b) Recomposição das perdas salariais dos servidores e docentes do Centro Paula Souza, de acordo com índices do Cruesp do período de 1996 a 2011."

Calendário

Até o dia 10/4, foi realizada a segunda rodada de assembleias, para fechar em definitivo a Pauta Unificada 2012, que será protocolada junto ao Cruesp no dia 16/4.

Além da questão salarial, a Pauta contempla outros importantes itens, que tratam da "Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos", "Permanência estudantil/gratuidade ativa", "Condições de trabalho e estudo", "Financiamento", "Hospitais Universitários", "Centro Paula Souza".

A íntegra da Pauta Unificada 2012 estará disponível logo após o dia 16/4.

Leia mais sobre a data-base 2012 na pág. 2

Correção das promoções

Intransigência e autoritarismo

Pág. 3

Paridade, já!

A quem interessa o obscurantismo na Unesp

Pág. 4

Mais um "pacote" no CO

Aprovação de novos cursos e campus sem garantia de recursos

Pág. 5

Sintunesp apoia luta dos profissionais da enfermagem pelas 30 horas - Pág. 8

Governo do estado não cumpre LDO e deixa de repassar R\$ 207 milhões às universidades em 2011

Cruesp não só sabia como concorda com o prejuízo. E você, o que acha disso?

O Fórum das Seis fez um levantamento junto ao Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária do Estado (SIGEO) e confirmou uma desconfiança que rondava as entidades sindicais das universidades há algum tempo: o governo estadual não vem cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que garante o repasse de 9,57% dos recursos obtidos com a arrecadação do ICMS para a USP, Unesp e Unicamp. Os dados mostram que as universidades não receberam o percentual sobre cerca de R\$ 1.422,2 milhão, valor correspondente a impostos recebidos em atrasos e suas respectivas multas e juros de mora, e sobre aproximadamente R\$ 741,1 milhões, referentes ao repasse para Habitação, sistematicamente subtraído antes do cálculo dos 9,57%.

Ou seja, as universidades deixaram de receber, no ano passado, um total de R\$ 207 milhões (R\$ 108,8 milhões no caso da USP, R\$ 50,7 milhões no caso da Unesp e R\$ 47,5 milhões no caso da Unicamp). É dinheiro que deveria ser repassado à educação superior pública paulista, por força de lei, e que o governo Alckmin destinou para outros fins.

Cruesp sabia

O Fórum das Seis enviou ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Paulistas (Cruesp), datado de 13/2/2012, lembrando sua obrigação de “cobrar do governo do Estado o repasse imediato desses valores”, de modo a cumprir o que determinou a LDO. O Fórum solicitou, ainda, o agendamento de reunião com o Cruesp para tratar especificamente desta questão.

A resposta dos reitores surpreendeu o Fórum. O Cruesp não só sabia do desvio de recursos destinados às universidades, como concorda e justifica o fato. Um dos trechos do Ofício 4/2012, enviado pelo Cruesp ao Fórum em 22/2/2012, diz:

“(…) Os dados divulgados pela Secretaria da Fazenda no Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO são rotineiramente acompanhadas pelas Assessorias Técnicas



Da esq. p/ a dir., Fernando Costa (Unicamp), Julio Cezar Durigan (Unesp) e João Grandino Rodas (USP), este último o novo presidente do Cruesp desde o início de abril/2012

das Universidades, não havendo divergências de entendimento quanto aos valores repassados mensal e anualmente, em função do estabelecido no Artigo 4º §1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.489, de 21 de julho de 2011).”

No entender do Fórum, o art. 4º da LDO não limita as rubricas associadas ao ICMS, que devem ser repassadas às Universidades. Se, na divisão do ICMS entre estado e municípios, estes recebem 25% de todas as rubricas associadas ao ICMS (como, por exemplo, multas e juros de mora), por que o mesmo não se aplica às Universidades?

Qual é a lógica adotada pelo Cruesp para aceitar a diferença no tratamento dado aos municípios e às Universidades? Se o Cruesp está disposto a abrir mão dessa parcela da receita, o Fórum não tem a mesma posição.

Sintunesp questionou reitor no CO

Na reunião do Conselho Universitário em 8/3, representantes dos servidores e do Sintunesp questionaram o reitor, professor Julio Cezar Durigan, sobre a denúncia formulada pelo Fórum. Ele se limitou a repetir as justificativas apresentadas pelo Cruesp. Na oportunidade, o Sintunesp também cobrou transparência na gestão dos recursos da Universidade, ao que Durigan retrucou dizendo que “tudo está na página”. Mas a grande questão é o uso dos recursos extra-orçamentários, ou seja, o que vai além do orçamento. Isso não aparece em página alguma.

Artigo

Arremedo de debate, arremedo de democracia

Estamos passando por um momento difícil dentro da Universidade. Discussões e deliberações dos órgãos colegiados, falta de transparência e informações têm sido alvo de debates entre os trabalhadores.

No passado, por mais complexas que fossem as discussões referentes a algum assunto pautado nos órgãos colegiados, este era exaustivamente debatido, aprovado ou não.

Atualmente, de forma por vezes constrangedora, a coisa já vem discutida e aprovada anteriormente por parte de uma parcela dos representantes. No caso do Conselho Universitário, é público e notório que as “decisões” são definidas pelo chamado “Fórum de Diretores”, desrespeitando, inclusive, assuntos discutidos e aprovados pelas Congregações.

A falta de informações tem sido bastante questionada. Várias vezes, foram solicitadas informações de interesse coletivo, mas estas demoram muito a chegar ou, não raro, sequer chegam. Temos dúvidas sobre a real situação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários da nossa Universidade. Pelo relato dos companheiros das outras duas estaduais paulistas, o problema se repete por lá.

Vamos ter que Cobrar esta transparência por outros meios? Isto vai ser bom para as Universidades?

O sentimento que fica é que a conduta dos nossos administradores depende dos interesses do momento. Se perguntado e/ou solicitado sobre algo, o administrador em questão responde o que lhe interessa e faz de conta que não entendeu aquilo que não quer colocar em discussão.

Precisamos refletir sobre o nosso posicionamento e sobre o que vem sendo aprovado nos órgãos colegiados, pois são temas que já causaram e/ou podem trazer sérias consequências para um futuro muito próximo.

Para pensar: Os interesses políticos individuais podem prejudicar os coletivos? Cada um dos representantes que toma assento nos colegiados está representando quem, de fato?

Democratização, já!

Este debate tem relação direta com um aspecto muito caro à nossa categoria: a ausência de democracia nas relações de poder na nossa Universidade. Sobre esse importante tema, esta edição traz matéria na página 4. Leia e reflita.

(Alberto de Souza, Coordenador Político do Sintunesp)

Jornal do Sintunesp é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp.

Praça da Sé, 108, 2º andar - Centro (SP), Cep: 01001-900. Fone: (11) 3105-0645.
Sub-sede Botucatu: (14) 3882-8826. E-mail: sintunesp@uol.com.br
Site: www.sintunesp.org.br Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb. 19.458).

Correção das distorções

Tramitação tem a marca da intransigência e do autoritarismo. Representantes dos servidores pediram retirada de pauta no CADE de 14/3

Sintunesp cobra respeito aos trabalhadores da Unesp

A apresentação do parecer da Comissão do Grupo de Reestruturação do Plano de Carreira sobre os novos pedidos de correção de distorções foi um dos temas centrais na reunião realizada pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), em 14 de março.

Como o Sintunesp divulgou em boletins anteriores, a reunião passada do CADE, em 15/2, havia aprovado o resgate das promoções e da correção de algumas distorções. Como ainda estavam surgindo novos pedidos de correção, o CADE abriu um prazo até 24/2 para os interessados em enviá-los.

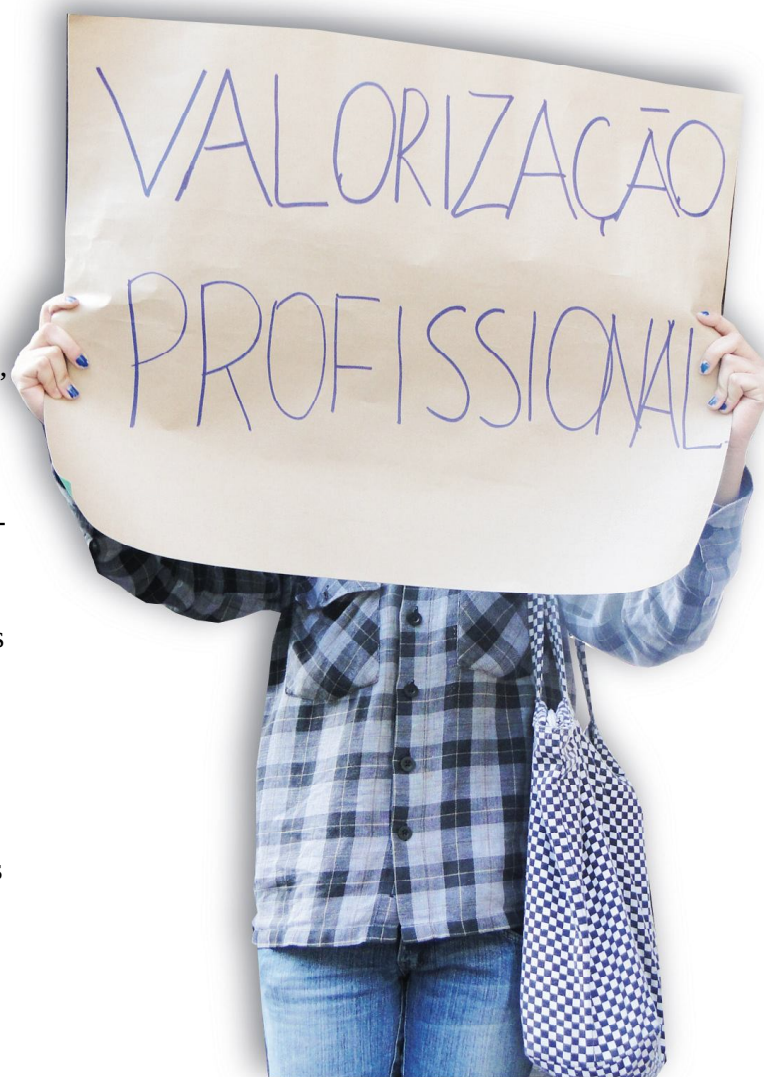
A reunião de 15/2, é preciso que se registre, já havia sido marcada por demonstrações de intransigência e de autoritarismo. Ao apresentar o relatório da Comissão, o presidente do CADE, o pró-reitor de Administração, professor Ricardo Rached, foi logo dizendo que não era possível mudar nada. Ora, o papel do CADE e de todos os órgãos colegiados não é o de receber documentos prontos e “imexíveis”, mas sim o de debater os problemas e submetê-los à votação.

Após receber os novos pedidos de correção de distorções – num total de 48, em sua ampla maioria oriundos de segmentos ou de grupos de servidores – a Comissão reuniu-se em 1º de março. O diretor do Sintunesp Alberto de Souza (que representa os servidores na Comissão, junto com o diretor Wagner Alexandre, também conselheiro do CADE) relata que a reunião foi muito questionável. “O parecer chegou pronto

e os documentos não foram colocados em discussão”, frisa.

Esse parecer – negando todos os novos pedidos de correção de distorções – foi levado pela Comissão à reunião do CADE em 14/3. Os representantes dos servidores presentes solicitaram que o assunto fosse retirado de pauta. Devido à falta de quórum para este tipo de votação, não houve uma decisão sobre a solicitação, que voltará a ser analisada na próxima reunião do CADE, em 18 de abril.

Para o Sintunesp e os representantes dos servidores nos órgãos colegiados, estes fatos são lamentáveis. O objetivo, único e exclusivo, é o de rejeitar as justas reivindicações dos servidores, ainda que haja recursos para isso. Trata-se de uma opção política, por parte da direção da Universidade, de fazer caixa com o dinheiro que deveria ser destinado à remuneração digna e à melhoria das condições de trabalhos de servidores técnico-administrativos e docentes.



Fisioterapeutas e assistentes sociais

Na reunião do CADE realizada em 14/03/2012, os representantes dos servidores cobraram a apresentação dos pareceres jurídicos da Universidade relativos aos assistentes sociais e aos fisioterapeutas. No caso destes últimos, trata-se do pedido de cumprimento da jornada de 30 horas semanais, conforme prevê a lei.

No caso dos assistentes sociais, que já têm garantida a jornada de 30 horas, o problema diz respeito ao rebaixamento do teto para efeito de recebimento de benefícios (como o auxílio alimentação, auxílio transporte etc). O Sintunesp entende que não deve haver nenhum rebaixamento, pois as 30 horas representam a jornada máxima deste segmento. Portanto, o teto para os assistentes sociais deve ser equivalente ao teto do pessoal de 40 horas.

A cobrança feita pelos representantes soma-se à pressão feita pelo Sintunesp em todas as oportunidades em que se reuniu com a reitoria.

A informação é que os pareceres jurídicos serão apresentados na próxima reunião do CADE, marcada para 18 de abril.

Democratização das estruturas de poder

A quem interessa o obscurantismo na Unesp?

Esperançosos de que a democracia um dia chegasse à Universidade, os servidores técnico-administrativos participaram ativamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, em 2009.

Na ocasião, os servidores apresentaram a reivindicação de que fosse impulsionado um “Processo de democratização das instâncias de decisões das Universidades”. As plenárias que definiram o PDI aprovaram que a reivindicação fosse discutida no Conselho Universitário.

Desde então, o Sintunesp e os representantes dos servidores no CO vêm cobrando o encaminhamento do que foi aprovado no PDI. No entanto, a reitoria – nas gestões Herman e Durigan – faz ouvidos moucos às nossas cobranças. Fingem não entender em qual língua estamos falando. A resposta tem sido: “Se desejarem, coloquem vocês em pauta”.

Fizemos isso. Um dos representantes enviou ofício pleiteando que o assunto fosse pautado no CO. A resposta foi: “Especifique melhor o solicitado, pois não entendi o que vocês querem.”

Afinal, por que têm tanto medo deste debate?

IX Congresso aprovou: Sem paridade, nosso voto será NULO!

Voto nulo em todas as eleições realizadas na Universidade, com avaliação em assembleia geral após a eleição para reitor.

Esta foi uma das principais decisões do IX Congresso no tópico que discutiu a necessidade de democratização das estruturas de poder da Universidade. A iniciativa é uma reação da categoria à ausência de paridade nas eleições de dirigentes da Universidade, bem como na representação nos órgãos colegiados. Enquanto os docentes contam com 70% do

peso, servidores e estudantes têm que se contentar com apenas 15% cada.

Considerando o mecanismo como retrógrado, obscurantista, reacionário e antidemocrático, a reivindicação é que os três segmentos tenham o mesmo peso.

É sempre relevante lembrar que a Unesp contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade, processo que foi, posteriormente, referendado no Estatuto da Universidade, aprovado em 1988. Esse quadro só mudou a partir de 1996,

quando a Unesp adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma exigência legal, foi uma desnecessária submissão do Conselho Universitário (CO) às leis federais de restrição à autonomia universitária.

Os delegados presentes ao IX Congresso questionaram o não cumprimento das deliberações aprovadas e inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, que determinam à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados

sobre o assunto, aprovando uma moção sobre o tema (*veja a seguir*).

Se não somos tratados de forma igualitária, para que irmos às urnas votar nos “nossos representantes”?

Pense, repense! Este será um bom momento de demonstrar a nossa indignação. Vamos nos mobilizar e mostrar que devemos ser respeitados. É inconcebível a autonomia universitária sem a democracia interna. É impossível dissociar a escolha de dirigentes das instituições superiores de ensino de uma concepção democrática de universidade.

Moção aprovada no IX Congresso

Em defesa da abertura do debate sobre a democratização das estruturas de poder na Unesp: que se cumpra o deliberado no PDI

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam-se pelo cumprimento das deliberações aprovadas e inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, que determinam à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder da instituição.

Neste debate, queremos especial destaque para a volta da paridade entre os três segmentos (servidores, docentes e estudantes) em todas as instâncias colegiadas da Universidade, bem como nos pleitos para escolha de seus dirigentes.

Em pleno século 21, os servidores consideram inaceitável que uma instituição que deveria ser a vanguarda do pensamento democrático e do conhecimento na sociedade, conviva com a odiosa discriminação de parte de sua comunidade, relegando-a à condição de cidadãos de segunda classe. Não à discriminação! Paridade, já!

Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp



E o debate com a comunidade?

Aprovação de novos cursos e campus, sem garantia de recursos, é mais um dos "pacotes" do CO

A aprovação de uma nova expansão na Unesp, com a criação de 11 novos cursos e de um campus na cidade de São João da Boa Vista, foi a principal deliberação da reunião do Conselho Universitário (CO) de 8 de março.

Os novos cursos, todos na área de Engenharia, serão criados de maneira escalonada, ao longo de 2012, 2013 e 2014, nos *campi* de Araraquara (Eng. de Bioprocessos e Eng. Química), Botucatu (Eng. de Bioprocessos), Dracena (Eng. Agrônômica), Itapeva (Eng. de Manufatura), Registro (Eng. de Pesca), São José dos Campos (Eng. Ambiental), Tupã (Eng. de Biosistemas) e Rosana (Eng. de Energia e Recursos Renováveis), além do novo campus de São João da Boa Vista ((Eng. Eletrotécnica e Eng. de Materiais), com 40 vagas cada.

O documento distribuído durante a reunião, que leva a assinatura do reitor da Unesp, professor Julio Cezar Durigan, aponta para pesquisas que mostram as demandas aquecidas por engenheiros. Não define projetos pedagógicos e nem custos. Em relação ao financiamento, o documento informa que a Unesp já solicitou ao governador do estado, Geraldo Alckmin, que altere o artigo 21 da Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010, que trata da transformação do Hospital das Clínicas de Botucatu em autarquia vinculada diretamente à Secretaria da Saúde.

Pela proposta da Unesp, o artigo 21 da LC nº 1.124 deve prever que a Universidade deixará de repassar recursos ao HC progressivamente e ao longo dos anos de 2012 a 2015, de modo que, a partir daí, o hospital seja integralmente bancado com repasses da Secretaria da Saúde. Ou seja, o financiamento dos novos cursos e do campus de São João da Boa Vista viria do remanejamento do dinheiro até então destinado ao HC.

Questionado sobre as garantias de que o governo do estado cumpriria esse acordo, Durigan disse: “Se a Secretaria da Saúde não enviar as verbas para o HC e a Universidade tiver que continuar repassando, eu suspenderei os vestibulares dos novos cursos”.

No fio do bigode

Os representantes dos servidores técnico-administrativos no CO propuseram que o tema fosse

tirado de pauta, para que a comunidade fosse informada do assunto e pudesse discuti-lo. O pedido foi negado, sob a alegação de que a comunidade já estava sabendo da proposta. Ora, é preciso diferenciar “comunidade acadêmica” de “diretores de unidades”. Estes últimos sabiam, tanto que vieram com posição fechada a favor da proposta, mas a comunidade não foi informada de nada. Que democracia é essa?

E como confiar na palavra do governo do estado quando o assunto é financiamento da educação pública? Na primeira onda expansionista na Unesp, que teve início em 2002, na turbulenta gestão Trindade, os resultados foram danosos. Passando por cima da comunidade, o então reitor aprovou a criação de novos *campi* e cursos, sem garantia de verbas. Os problemas enfrentados nas novas unidades, que se arrastam até hoje, mostram que a irresponsabilidade da administração da Universidade, totalmente submissa aos interesses eleitoreiros do governo da época, teve e tem um alto custo.

Por que deveríamos aceitar palavras – a famosa garantia do “fio do bigode” – em lugar de documentos assinados e compromissos públicos? Quando o HC de Botucatu foi autarquizado, por exemplo, a promessa era que a Secretaria da Saúde faria investimentos e contratações em pouco tempo. Nada disso aconteceu até o momento.

E, se o governo não honrar o compromisso de repassar recursos ao HC, em substituição às verbas alocadas na Unesp, seria simples assim suspender vestibulares? E a sociedade, como ficaria?

Expansão com qualidade e financiamento

Assim como em 2002, o Sintunesp continua defendendo a expansão de vagas no ensino superior público, pois considera que é papel do Estado garantir ensino público, gratuito e de qualidade para todos. Mas é preciso que isso ocorra com garantia de qualidade e de financiamento ao longo dos anos. Mais uma vez, assim como em 2002, não é o que parece estar acontecendo.

Novos membros tomaram posse no CO

No dia 15/3, em reunião extraordinária, tomaram posse os novos membros do Conselho Universitário, entre eles os companheiros eleitos pelo Chapão do Sintunesp. São eles:

T: *Márcia Aparecida Querido Moreira* – FE/Guaratinguetá
S: *Irlon Vieira Barbosa* – FE/ Guaratinguetá

T: *Wagner Alexandre* – FO/Araçatuba
S: *Washington de Brito Martins* – FO/ Araçatuba

T: *Djalma Santos Bovolenta* – IB/Botucatu
S: *Nelson Semião da Silva* – FCA/Botucatu

T: *Edna Maria Kill* – FCL/Assis
S: *Paulo Sérgio Ramão* – FCL/Assis

T: *João Carlos Camargo de Oliveira* – IBILCE/S. J. do Rio Preto
S: *Aparecida Saturnino Mesquita Romero* – IBILCE/ S. J. do Rio Preto

T: *José Aparecido Castelli* – AG/Bauru
S: *Silvano Correa* – AG/Bauru

T: *Anderson Rodrigues* – IB/Rio Claro
S: *Tiago José Borguezon* – IGCE/Rio Claro

T: *Robson Rodrigues Arantes* – CE/Sorocaba
S: *Cláudio Roberto Ferreira Martins* – CE/Sorocaba

T: *Roberto Carlos Ferreira* – FCHS/Franca
S: *Nilson Teles Marques Junior* – FCHS/Franca

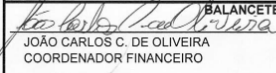
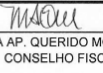
T: *Elisete de Arantes Rodrigues Marconato* – FFC/Marília
S: *Eliseu Gomes da Silva* – FFC/Marília

Nesta mesma reunião extraordinária, foram indicados pelos servidores como representantes do CO em outros órgãos os seguintes companheiros:

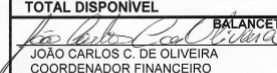
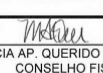
- Junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): *Robson Rodrigues Arantes* (titular) e *Elisete de Arantes Rodrigues Marconato* (suplente).

- Junto ao Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE): *Djalma Santos Bovolenta* (titular) e *Roberto Carlos Ferreira* (suplente); *Anderson Rodrigues* (titular) e *João Carlos Camargo de Oliveira* (suplente).

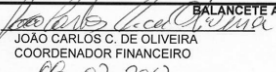
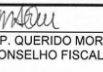
BALANCETE DE NOVEMBRO 2011

SALDO ANTERIOR (OUTUBRO 2.011)		VALOR
SANTANDER	R\$	8.048,51
BANCO DO BRASIL	R\$	12.257,83
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 20.306,04
RECEITAS		VALOR
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R\$	51.071,96
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R\$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R\$	-
RESGATE DA APLICAÇÃO SANTANDER	R\$	5.000,00
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R\$	1.159,16
TOTAL DE ENTRADA		R\$ 58.413,50
DESPESAS		VALOR
SALÁRIOS / V. ALIM / V. TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R\$	5.816,14
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R\$	1.525,96
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R\$	2.953,31
ENCARGOS DE PESSOA JURIDICA	R\$	547,89
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R\$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R\$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R\$	700,00
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R\$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R\$	27,30
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R\$	1.689,91
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R\$	167,60
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R\$	670,00
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R\$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	2.168,05
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R\$	650,00
HONORÁRIOS JORNALÍSTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	1.050,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R\$	156,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R\$	-
SEGURO DA SUBSEDE BOTUCATU	R\$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R\$	-
RENOVAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (SEDE S.P.)	R\$	-
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R\$	-
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R\$	2.892,52
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R\$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R\$	824,02
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R\$	688,11
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R\$	2.358,35
HOTEL (AVENIDA CHARME HOTEL) IX CONGRESSO SINTUNESP	R\$	8.185,00
DESPESAS DO IX CONGRESSO (MATERIAL P/ CONGRESSO/ DECORAÇÃO / DIÁRIAS DA VIAGEM)	R\$	7.971,59
CAMISETAS / PASTAS / BRINDES (REEMBOLSO DO PATROCÍNIO DE R\$ 5.000,00)	R\$	5.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R\$	87,45
TOTAL		R\$ 56.835,52
APLICAÇÕES		VALOR
APLICAÇÃO SANTANDER	R\$	-
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 1º (SALDO)	R\$	5.283,82
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 2º (SALDO)	R\$	32.769,82
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R\$	808,41
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R\$	30.652,34
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) APLICAÇÃO	R\$	-
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 69.514,39
SALDO ATUAL (NOVEMBRO 2.011)		
SANTANDER	R\$	4.858,23
BANCO DO BRASIL	R\$	17.025,79
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 21.884,02
BALANCETE APROVADO POR:		
		
JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA COORDENADOR FINANCEIRO		MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA CONSELHO FISCAL
DATA: 03/11/2011		DATA: 15/02/12

BALANCETE DE DEZEMBRO 2011

SALDO ANTERIOR (NOVEMBRO 2.011)		VALOR
SANTANDER	R\$	4.858,23
BANCO DO BRASIL	R\$	17.025,79
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 21.884,02
RECEITAS		VALOR
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R\$	50.863,95
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R\$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R\$	-
RESGATE DA APLICAÇÃO SANTANDER	R\$	272,99
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R\$	-
TOTAL DE ENTRADA		R\$ 52.319,32
DESPESAS		VALOR
SALÁRIOS / V. ALIM / V. TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R\$	7.619,07
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R\$	1.526,14
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R\$	4.439,96
ENCARGOS DE PESSOA JURIDICA	R\$	1.551,34
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R\$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R\$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R\$	860,23
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R\$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R\$	51,48
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R\$	1.919,76
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R\$	739,15
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R\$	670,00
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R\$	9.406,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	2.471,38
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R\$	1.440,00
HONORÁRIOS JORNALÍSTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	1.484,57
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R\$	208,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R\$	-
SEGURO DA SUBSEDE BOTUCATU	R\$	-
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R\$	-
DESPACHO DOS CALENDÁRIOS (CORREIO)	R\$	423,10
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R\$	-
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R\$	300,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R\$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R\$	384,09
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R\$	422,00
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R\$	3.958,96
DIÁRIAS / PASSAGENS - CONSELHO FISCAL / COMISSÃO ORG. IX CONGRESSO /	R\$	1.684,04
DESPESAS DO IX CONGRESSO (MATERIAL P/ CONGRESSO/ XEROX PLASTIFICAÇÃO)	R\$	420,23
PLACA DE HOMENAGEM	R\$	240,00
PANETONES	R\$	425,00
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R\$	79,45
TOTAL DAS DESPESAS		R\$ 44.024,27
APLICAÇÕES		VALOR
APLICAÇÃO SANTANDER	R\$	5.000,00
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 1º (SALDO)	R\$	-
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 2º (SALDO)	R\$	-
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R\$	-
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R\$	30.881,27
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) SETEMBRO	R\$	2.539,61
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) OUTUBRO	R\$	2.565,64
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) NOVEMBRO	R\$	2.553,60
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) APLICAÇÃO	R\$	-
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 43.540,12
SALDO ATUAL (DEZEMBRO 2.011)		
SANTANDER	R\$	2.888,91
BANCO DO BRASIL	R\$	14.831,31
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 17.520,22
BALANCETE APROVADO POR:		
		
JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA COORDENADOR FINANCEIRO		MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA CONSELHO FISCAL
DATA: 10/01/2012		DATA: 15/02/12

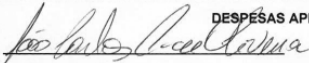
BALANCETE DE JANEIRO 2012

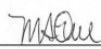
SALDO ANTERIOR (DEZEMBRO DE 2.011)		VALOR
SANTANDER	R\$	2.688,91
BANCO DO BRASIL	R\$	14.831,31
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 17.520,22
RECEITAS		VALOR
CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS	R\$	50.920,22
REPASSE DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS P/ JORNALISTA E GPS	R\$	1.182,38
REPASSE DO JORNAL DO RATEIO FÓRUM DAS SEIS -	R\$	-
DEPOSITOS INDENTIFICAR	R\$	619,63
TOTAL DE ENTRADA		R\$ 52.722,23
DESPESAS		VALOR
SALÁRIOS / V. ALIM / V. TRANSP. / FÉRIAS / 13º	R\$	6.011,81
V. ALIM. / V. TRANSP. DIRETORES AFASTADOS	R\$	1.703,60
ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (GPS/ GPS 13º / FGTS / FGTS 13º / PIS / IRRF)	R\$	2.673,20
ENCARGOS DE PESSOA JURIDICA	R\$	1.485,44
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (FUNCIONÁRIOS)	R\$	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (PATRONAL) ANUAL	R\$	-
ALUGUEL DA SUBSEDE BOTUCATU	R\$	753,41
MANUTENÇÃO DO PREDIO SEDE SÃO PAULO	R\$	300,00
ÁGUA / LUZ - SUBSEDE BOTUCATU	R\$	46,93
TELEFONE FIXO / CELULAR (ARAÇATUBA / BOTUCATU / SÃO PAULO)	R\$	1.856,36
PROVEDOR / INTERNET / HOSPEDAGEM DO SITE / MANUTENÇÃO DO SITE	R\$	167,60
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	R\$	1.340,00
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	R\$	9.706,32
ADIANTAMENTO DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	1.000,00
DIFERENÇA DAS DESPESAS ADVOCATÍCIOS	R\$	2.058,42
HONORÁRIOS JORNALÍSTICOS	R\$	710,00
HONORÁRIOS JORNALÍSTICO + GPS DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	1.260,00
JORNAL DO FÓRUM DAS SEIS	R\$	-
SERVIÇOS DE MOTOBOY	R\$	78,00
IPVA / SEGURO / SEG. OBRIGATÓRIO / LICENCIAMENTO	R\$	591,63
BOLETINS / CARTAZES / JORNAIS DO SINTUNESP	R\$	-
CALENDÁRIO	R\$	3.640,52
XEROX / ENCADERNAÇÃO / CÓPIAS AUTENTICADAS	R\$	418,90
CAIXA - ADIANTAMENTO ARAÇ/ BOT/ SP	R\$	500,00
FUNDO DE RESERVA P/ ENCONTRO DAS ASSOC. E SINDICATO	R\$	-
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	R\$	948,80
EQUIPAMENTOS / MOVEIS / MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	R\$	1.582,45
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO	R\$	1.239,70
DIÁRIAS / PASSAGENS - REUNIÕES DA COMISSÃO ORG. DO CONGRESSO	R\$	974,75
DESPESAS FINANCEIRAS (EXTRATOS , CPMF , TALÃO E OUTROS)	R\$	87,45
CESTA DE NATAL	R\$	-
DESPESAS DO IX CONGRESSO (MATERIAL P/ CONGRESSO/ XEROX PLASTIFICAÇÃO)	R\$	85,73
TOTAL DAS DESPESAS		R\$ 41.221,02
APLICAÇÕES		VALOR
APLICAÇÃO SANTANDER	R\$	12.500,00
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 1º (SALDO) FUNDO DE RESERVA 13º DOS FUNCIONÁRIOS	R\$	5.319,89
APLICAÇÃO FBO ANTERIOR 2º (SALDO)	R\$	38.014,71
APLICAÇÃO RECADAÇÃO PARA CAMP. SALARIAL DE BAURU	R\$	813,79
FUNDO DE ARRECADAÇÃO (BANCO DO BRASIL) (SALDO)	R\$	38.808,60
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) DEZEMBRO	R\$	2.543,20
FUNDO DE ARRECADAÇÃO 5% (BANCO DO BRASIL) JANEIRO	R\$	2.546,01
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 100.546,20
SALDO ATUAL (JANEIRO 2.012)		
SANTANDER	R\$	4.796,68
BANCO DO BRASIL	R\$	6.635,54
TOTAL DISPONIVEL		R\$ 11.432,22
BALANCETE APROVADO POR:		
		
JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA COORDENADOR FINANCEIRO		MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA CONSELHO FISCAL
DATA: 08/02/2012		DATA: 15/02/12

DESPESAS DO IX CONGRESSO DO SINTUNESP
15 A 18/11/2011 - ÁGUAS DE SÃO PEDRO - SP

DESCRIÇÃO	VALOR
HOTEL (DIÁRIAS E REFEIÇÕES)	R\$ 24.185,00
ARRANJO DE FLORES (DECORAÇÕES)	R\$ 638,00
FAIXA	R\$ 80,00
MATERIAL DA PREPARAÇÃO DO CONGRESSO	R\$ 634,96
XEROX / PLASTIFICAÇÃO / CORREIO	R\$ 282,85
BRINDES	R\$ 166,90
DIÁRIAS / PASSAGENS / COMBUSTIVEL / PEDAGIO / FRETE VAN	R\$ 6.899,11
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 32.886,82

DESCRIÇÃO	VALOR
PATROCÍNIO	R\$ 5.000,00
CAMISETAS	R\$ 2.000,00
PASTAS	R\$ 2.520,00
BRINDES	R\$ 480,00
TOTAL	R\$ -


JOÃO CARLOS C. DE OLIVEIRA
COORDENADOR FINANCEIRO


MARCIA AP. QUERIDO MOREIRA
CONSELHO FISCAL

DATA: 06/02/2012

DATA: 15/02/12

Pagamento retroativo da Promoção do ADP de 2007

Essas ações têm como objeto o pagamento do percentual de 5% sobre o vencimento retroativamente a janeiro de 2004 ou janeiro de 2005, com a incidência da correção monetária do período, juros de mora a partir da citação e reflexos sobre as demais verbas salariais que compõem os vencimentos. Isso porque a Unesp reconheceu o direito à Promoção em 2007, porém, com efeitos pecuniários a partir de outubro de 2007.

Até o momento, estamos tendo sucesso nas ações, pois no caso das poucas que foram julgadas improcedentes em primeira instância, estamos obtendo a reforma das sentenças em segunda instância. A grande maioria das ações já está em fase de execução, algumas já em fase de expedição de ofício requisitório para pagamento dos valores pela Unesp.

É importante ressaltar que os servidores associados ao Sindicato que ainda não entraram com a ação devem fazê-lo até setembro deste ano, pois em outubro ocorrerá a prescrição do direito de ação, já que a Promoção ocorreu em outubro de 2007.

Conversão dos vencimentos em URV

Trata-se de ação que tem como objeto pleitear a correta conversão dos vencimentos de cruzeiros reais em URV no período de novembro de 1993 a março de 1994. A Unesp não observou a forma de conversão prevista no artigo 22 da Lei 8.880/94, ocasionando uma perda média salarial em torno de 6,5% em alguns casos.

Nossa ação pleiteia a incorporação nos vencimentos do valor correto da conversão, das parcelas vincendas no curso da ação, bem como das vencidas referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Como existem decisões favoráveis em nossos tribunais, algumas comarcas do interior estão julgando procedentes as ações em primeira instância.

Correção da base de cálculo do ATS e Sexta Parte dos vencimentos

A ação tem como objeto a correção da base de cálculo para apuração do valor do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e da



Sexta Parte dos vencimentos que devem incidir sobre a totalidade das verbas salariais percebidas pelo servidor, excetuadas as eventuais, como horas extras, salário família, vale alimentação e outras de caráter indenizatório.

Em sentença recente, a segunda Vara da Fazenda Pública de Bauru determinou a inclusão do Adicional de Insalubridade na base de cálculo do ATS de uma servidora de Botucatu. Isso porque a Unesp considera o Adicional de Insalubridade apenas para o cálculo das Sexta Parte. Nos termos da decisão, incidindo também o Adicional de Insalubridade na base de cálculo do ATS, ocorrerá o aumento no valor da Sexta Parte.

A decisão é clara ao admitir que ATS deve ser calculado sobre todas as verbas remuneratórias, incorporadas ou não, salvo as eventuais.

A decisão é de primeira instância e está sujeita a eventual recurso da Unesp.

Processos administrativos disciplinares

Embora tenhamos alertado várias vezes aos servidores sobre como proceder em caso de instauração de procedimentos administrativos disciplinares, ainda temos verificado que alguns têm dúvidas e deixam de tomar medidas importantes para sua defesa.

Apesar de haver um posicionamento jurisprudencial de que os procedimentos administrativos disciplinares não exigem a presença de advogado, ressaltamos que o servidor tem direito e deve se fazer acompanhar por este profissional, que tem conhecimento técnico para fazer sua defesa e orientá-lo em seu depoimento.

Notamos que, em muitos casos, quando o advogado é procurado, já ocorreu a apuração preliminar, que passa a integrar os citados procedimentos.

Assim, orientamos que, caso o servidor seja intimado, convocado ou convidado de forma expressa ou verbal a comparecer ou prestar depoimento à autoridade administrativa, relativo à apuração de fatos, que procure antes a Assessoria Jurídica do Sindicato, para que possa ser orientado e acompanhado em qualquer procedimento.

TJ confirma decisão de primeira instância, para que o IPESP devolva valores descontados a título de contribuição previdenciária, antes da vigência da EC 41/2003

Em ação ajuizada pela Assessoria Jurídica do Sintunesp, os servidores inativos associados ao Sindicato haviam ganho, em primeira instância, o direito à devolução por parte do IPESP dos valores descontados a título de contribuição previdenciária no período de vigência da EC 20/98 até a promulgação da EC 41/2003.

A Sentença de Procedência foi confirmada em recente acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A decisão ainda é passível de recurso extraordinário por parte da Unesp, dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Emenda Constitucional garante aposentadoria por invalidez com proventos integrais e paridade

A Emenda Constitucional 70/2012, recém-aprovada, corrige uma injustiça introduzida por Emendas Constitucionais anteriores. Estas últimas previam que, no caso de aposentadoria do servidor público por invalidez, o pagamento dos proventos seria proporcional ao tempo de contribuição, exceto nos casos de acidente de trabalho ou doenças graves previstas em lei.

A EC 70/2012 assegura aos servidores que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003 o direito de se aposentar por invalidez com proventos integrais e garantia de paridade com todas as vantagens concedidas aos ativos.

A EC 70/2012 determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas autarquias e fundações, procedam, no prazo de 180 dias da entrada em vigor da emenda, à revisão das aposentadorias e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

Essa injustiça aos servidores aposentados por invalidez já vinha sendo objeto de ajuizamento de ações por esta Assessoria Jurídica, porém, a promulgação da EC 70/2012 garante definitivamente o direito. De qualquer forma, orientamos os servidores que tenham se aposentado por invalidez, a partir de janeiro de 2004, com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição, para que requeiram administrativamente à Unesp, com fundamento na EC 70/2012, a correção do benefício de aposentadoria.

Sintunesp apoia luta dos profissionais de enfermagem pelas 30 horas

Entidades representativas dos profissionais de enfermagem marcaram um grande ato público para Brasília, no dia 11 de abril, com a presença de milhares de pessoas.

O protesto, organizado pelo “Fórum Nacional 30 horas”, teve o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a colocar em votação o projeto de lei nº 2.295/2000, que regulamenta a jornada de trabalho de 30 horas para todos os profissionais de enfermagem. O projeto está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados, depois de 10 anos de tramitação.

Além do ato, foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, com a presença de



Um dos atos promovidos pela categoria, em dezembro/2011

parlamentares federais e estaduais, sindicalistas e profissionais da área.

O Sintunesp elaborou moção em apoio à luta dos

profissionais e a enviou a todos os parlamentares do Congresso Nacional, com cópia aos deputados estaduais paulistas. A seguir, veja o teor da moção:

Moção

Jornada de 30 horas na enfermagem: Bom para os profissionais, melhor ainda para a população

O Sindicato dos Trabalhadores da Unesp – Sintunesp – manifesta seu total apoio e solidariedade à reivindicação dos profissionais da área da enfermagem, de imediata aprovação do projeto de lei 2.295/2000, que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas para o segmento.

Após 10 longos anos de tramitação, o projeto está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados e não há qualquer razão que justifique mais atrasos em sua aprovação.

Atualmente, o Brasil conta com cerca de um milhão e quatrocentos mil profissionais de enfermagem, comprometidos com o cuidado, do nascimento à morte, acompanhando todo o ciclo de vida do ser humano. Profissionais que convivem com a dor, com o sofrimento e a doença, em turnos ininterruptos, aos sábados, domingos e feriados.

A reivindicação, além de justa e condizente com as condições de trabalho a que são submetidos, é benéfica para o conjunto da população. É indiscutível que a melhoria do cotidiano de trabalho deste pessoal terá impacto na qualidade dos serviços prestados em saúde para o conjunto da população.

A jornada de trabalho de 30 horas semanais não é privilégio, mas uma necessidade para garantir uma assistência segura, com melhores resultados para os usuários e com menor desgaste físico e emocional para os profissionais de enfermagem.

Vale ressaltar que as Conferências de Saúde realizadas no Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendam 30 horas como a jornada de trabalho mais adequada para profissionais de saúde. Neste sentido, outras categorias já tiveram jornada diferenciada garantida pela legislação, como é o caso dos médicos (20 horas semanais), técnicos em radiologia (24 horas semanais), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (30 horas) e assistentes sociais (30 horas).

O Sintunesp soma sua voz à categoria e às entidades que a representam: É hora de fazer justiça também com os profissionais de enfermagem, aprovando o PL 2.295/2000.

São Paulo, 2 de abril de 2012.
Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp)

Espaço da poesia

Um passeio com Maiakovski

"Na primeira noite eles se aproximam
e colhem uma flor de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem :
pisam as flores,
matam nosso cão.

E não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles,
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada,
já não podemos dizer nada."

Poema de Eduardo Alves Costa,
em referência a Vladimir Maiakovski, maior poeta russo moderno, aquele que mais completamente expressou, nas décadas em torno da Revolução de Outubro, os novos e contraditórios conteúdos do tempo e as novas formas que estes demandavam.

